

**EDcl no ARE nos EDcl no RE nos EDcl nos EDcl no AgInt nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.321.606 - MS (2013/0315757-0)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**EMBARGANTE : JAIRO PIRES MAFRA**  
**ADVOGADOS : SANTINO RUCHINSKI E OUTRO(S) - PR026606A**  
**JAIRO PIRES MAFRA (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTROS - MS007906**  
**EMBARGADO : RAQUEL FERREIRA GOMES**  
**ADVOGADOS : ALBERTINO ANTONIO GOMES - MS002342**  
**PATRICIA FERREIRA GOMES E OUTRO(S) - MS018058**

**DESPACHO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por JAIRO PIRES MAFRA contra acórdão assim ementado (fl. 1.695):

AGRAVO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO A QUE SE NEGOU SEGUIMENTO. SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO MANIFESTAMENTE INCABÍVEL. ART. 1.030, § 2º, DO CPC. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. PRAZO RECURSAL NÃO INTERROMPIDO. CERTIFICAÇÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. Conforme previsão do artigo 1.030, § 2º, do Estatuto Processual Civil, é cabível agravo interno/regimental contra a decisão que negar seguimento a recurso extraordinário que discuta questão constitucional na qual o Supremo Tribunal Federal não tenha reconhecido a existência de repercussão geral ou interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Excelso Pretório exarado no regime de repercussão geral.

2. A interposição de agravo em recurso extraordinário em face de decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário, nos termos do artigo 1.030, inciso I, alínea "a", do Código de Processo Civil, evidencia a ocorrência de erro grosseiro, a impossibilitar a aplicação do princípio da fungibilidade recursal ao caso.

3. Tratando-se de recurso manifestamente incabível, que não suspende nem interrompe o prazo para a interposição de outro recurso, verifica-se a ocorrência do trânsito em julgado da decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário.

4. Agravo em recurso extraordinário não conhecido.

Alega o embargante omissão.

Não há nada a prover.

O trânsito em julgado nos presentes autos, devidamente certificado (fl. 1.727), ocorreu em 09 de outubro de 2018, justamente em consequência do que decidido no julgado agora atacado, sendo, portanto, de descabimento solar estes embargos de declaração (protocolados em 18 de dezembro de 2018) ou qualquer outro pedido neste processo.

Os recursos não são infinitos e é preciso entender que o processo tem um

fim.

Feitas essas considerações, **fica determinado o arquivamento imediato de quaisquer outras manifestações, dispensando o envio de expediente avulso à Vice-Presidência.**

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente

